



A INSERÇÃO DAS MULHERES NO DIREITO: SUBVERTENDO VALORES DO CAMPO JURÍDICO?

WOMEN'S INSERTION IN LAW: OVERTURNING JURIDICAL FIELD VALUES?

Siomara A. MARQUES¹

Resumo

O objetivo deste texto é demonstrar empiricamente como as mulheres subvertem a ordem jurídica, trazendo para o campo do Direito um aspecto político adquirido na participação das organizações pesquisadas: Comissão da Mulher Advogada – OAB-SP, Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, ABMCJ-SC, Themis – Associação Jurídica e Estudos de Gênero. Para isso, far-se-á a reconstrução das razões que as levaram a participar das organizações através dos relatos de suas trajetórias de inserção nos movimentos sociais.

Palavras-chave: mulher, participação política, movimentos sociais, direito.

Abstract

This text aims at empirically demonstrate how women overturn the juridical law, bringing to the field of law some kind of political aspect acquired in the participation of the researched organizations: OAB-SP, Associação Brasileira de Mulheres de Carreira Jurídica, ABMCJ-SC, Themis – Associação Jurídica and Gender Studies. To accomplish that, a reconstruction of the reasons that led these women to take part in these organizations will be made, based of the reports of their trajectories of insertion in these movements.

Keywords: women, political engagement, social movements, law.

Introdução

Este texto é parte de um estudo mais amplo que se dedica à análise da inserção da mulher na carreira jurídica e suas contribuições para mudanças da prática jurídica mais conservadora. A técnica de coleta de dados valeu-se de entrevistas semi-estruturadas, observação de atividades das entrevistadas nas organizações em que participam.

¹ Doutora em Sociologia Política – UFSC. UNISUL – Universidade do Sul de Santa Catarina. Professora do Curso de Direito e do Mestrado Associado em Direito UNISUL/UNOESC. Rua Procópio Manoel Pires, 58 – Apto 103 – Edifício Pedro Scheidt, Bairro Trindade – Florianópolis-SC. CEP 88090-036. siomarques@yahoo.com.br; siomara.marques@unisul.br.

As mulheres de carreira jurídica, entrevistadas² nesta pesquisa, foram selecionadas sob o critério de participação em organizações de mulheres de diferentes tipos: associação, organização não-governamental e entidade representante da categoria profissional. A escolha dos três tipos de organizações, Themis - Assessoria Jurídica e Estudos de Gênero, Associação Brasileira de Mulher de Carreira Jurídica (ABMCJ) e a Comissão da Mulher Advogada da OAB – Seção São Paulo, foi porque abrangem um universo diversificado de experiências de militância política das entrevistadas.

Trajetórias de Inserção nas Organizações

Uma das questões importantes que surgiram nos depoimentos foi sobre as razões que levaram as entrevistadas a participarem de organizações defensoras dos direitos das mulheres. Elas buscaram na memória o porquê de atualmente estarem participando dessas organizações. Reconstruíram a trajetória em seus relatos e as razões foram diversas, desde o interesse em ingressar no mercado de trabalho até a motivação advinda de experiências de militância em outras áreas dos movimentos sociais. Entre as entrevistadas que fizeram sua trajetória militante nos movimentos sociais, as origens são as mais diversas: militância nos movimentos estudantis, partidos políticos ou na própria trajetória profissional que as levaram ao movimento sindical.

Militância é aqui definida como engajamento político na luta por transformação social. As entrevistadas que têm um histórico de militância nos movimentos sociais distinguem-se pelas diferentes origens dessa militância. A categoria de matrizes discursivas proposta por Eder Sader (1988) é a que melhor explica as origens das trajetórias de militância. O autor propõe a categoria de matrizes discursivas para analisar os sujeitos envolvidos nas lutas sociais e como estes elaboram as representações sobre os acontecimentos e sobre si mesmos:

As matrizes discursivas devem ser, pois, entendidas como modo de abordagem da realidade, que implicam diversas atribuições de significado. Implicam também, em decorrência o uso de determinadas categorias de nomeação e interpretação (das situações, dos temas, dos atores) como na referência a determinados valores e objetivos (SADER, 1988, p. 143).

Eder Sader (1988) constrói as matrizes por meio de categorias históricas: matriz discursiva da Teologia da Libertação, que emerge nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs); matriz marxista, que traz “um corpo teórico consistente” sobre exploração e luta contra o capitalismo, e a matriz sindicalista, que extrai sua força dos conflitos trabalhistas.

Para analisar a trajetória dessas entrevistadas, é necessário definir o conceito de militante como “tipo ideal”, considerando algumas características. O militante aqui concebido é

² Todos os nomes são fictícios com o objetivo de preservar o anonimato das entrevistadas.

um sujeito disciplinado, cumpre as decisões depois de discutidas e aprovadas pela maioria, é “abnegado”, dá primazia ao coletivo em detrimento do individual, tem um forte sentimento de continuidade com a cultura do passado, por exemplo, nostalgia dos movimentos estudantis pela anistia na época da Ditadura Militar, nos anos 60.

Dentre as entrevistadas, Teresa é quem mais se aproxima da definição típico-ideal de militante. Já na adolescência, envolveu-se com o movimento estudantil, foi militante de um partido de esquerda de organização leninista³ e teve uma longa trajetória no movimento feminista. Ela explicitou a idéia de que para militar deve-se estar engajada na política partidária, conforme seu relato:

Nós somos todas mulheres, com alguns problemas que afligem todas as mulheres, mas como marxista, eu tenho uma visão de que não dá para compartimentar, não dá para falar nisso, é a luta da mulher no primeiro momento e acho que a gente perde muito quando você está numa luta e você perde o viés. Qual é o viés principal? É o econômico, está sempre por detrás das coisas, está sempre a questão econômica. [...] Primeiro que é papel do cidadão estar na sua entidade, essa é uma compreensão política que eu tenho desde os 14 anos. [...] Quem tem o privilégio de ter essa consciência política? Agora, para militar, a primeira obrigação é ter uma atuação política. No meu caso, particularmente, já biografando um pouco, eu dirigi um sindicato, o meu sindicato, da minha categoria, dos Advogados, mas sempre tendo um pé no movimento feminista, desde 1975. [...] deixei de dirigir o partido (PCdoB) nacionalmente, sobrou mais um espaço, eu era membro do Comitê Central do Partido. Você ser membro de um Comitê Central também implica numa série de coisas, tem que ter um espaço de tempo, porque isso não é só militar. É uma questão de espaço, a OAB sempre, desde 1988, mal ou bem me dava espaço para isso, eu é que estava ocupada com outras coisas, mas tudo bem. Mas, sempre lá na luta com teses, não é dizer você ia lá de vez em quando, não. Sempre na luta com teses, participava de tudo [...].

Interessante também em seu relato é a distinção que Teresa faz entre ser militante no Partido Comunista do Brasil (PC do B), na Comissão e no movimento feminista. Na Comissão, mesmo não tendo muito tempo para militar, sempre contou com espaço para expor suas teses de visão marxista do mundo. No relato, a seguir, ela comparou o partido com o movimento de mulheres, considerando aquele um espaço mais formal:

[...] O Movimento (de mulheres ou feminista) não é um órgão duro, formado com estatuto, o Movimento é uma delícia. O Movimento Feminista do estado de São Paulo que tinha um nome [...], para você ter uma idéia, a gente se reuniu por mais de doze anos no saguão da Câmara Municipal, sem qualquer formalidade, sem nada, tinha o nome de Movimento Oito de Março. As pessoas do Oito de Março estão aí até hoje, só que hoje estão mais na Marcha Mundial das Mulheres⁴.

³ Alguns partidos de esquerda organizavam-se dentro do modelo leninista de partido que propunha uma estrutura dividida em células com centralização das decisões na célula dirigente.

⁴ A Marcha Mundial das Mulheres é uma forma de mobilização que busca articular o local e o global, realizar grandes manifestações públicas e criticar radicalmente o sistema econômico de globalização. A Marcha reúne o movimento feminista de todos os cantos do mundo.

Conforme Mirian Goldenberg (1997, p. 354), nas organizações mais tradicionais haveria menos espaço para as manifestações de posições autônomas dos militantes:

Organizações menos rígidas e burocratizadas e que têm como principal objetivo a defesa de identidades específicas – como os movimentos étnicos, de gênero e de orientação sexual – os militantes dedicam-se de forma diferenciada à organização, menos subjugados aos princípios coletivos que as regem.

Outra entrevistada que teve uma trajetória de militância semelhante a de Teresa foi Sofia, ambas com forte engajamento na política partidária de esquerda. Sofia contou que começou a militar ainda na juventude, como aluna secundarista, depois entrou para o Partido dos Trabalhadores e para o Sindicato dos Professores da Universidade Federal e vivenciou o período da Ditadura Militar, como narrou:

A coisa era ferrada mesmo, eu me lembro do ano de 1971, quando eu comecei a dar aula na universidade, tinha um período que eles chamavam de Curso Básico, modificaram todo o estudo da universidade, aquele tal de Curso Básico. Então, eu dava aula de português nos cursos de Medicina, Odontologia, Engenharia. Tudo tinha português, então eu transitava por muitos cursos ensinando português e volta e meia tinha uns milicos no meio da turma “eu sou da marinha, eu sou da aeronáutica, eu sou do exército”. Eu ficava meio assim, eu dizia: “é engraçado como esses militares agora estão vindo estudar”, eu pensava assim. Depois, a gente foi ver eram pessoas infiltradas, isso eu realmente me lembro que tinha. E depois, aí quando eu me separei, as atividades na universidade, começou a movimentação já no final de 1979, 1980, a movimentação política. Aí voltei ao trabalho político dentro do PT, a gente está desde a fundação do PT, trabalhava nos bairros e a gente começou os movimentos de greve. A primeira greve surgiu em 1981, quer dizer, antes da abertura política, que não era fácil, eu era do comando de greve, aí a gente teve greve em 1980/81 e o comando de greve era um comando sigiloso, ninguém podia saber. A gente se reunia sempre à noite, a partir das 10h da noite, cada noite numa sala, num centro diferente. Então, pouca gente sabia quem era do comando de greve, isso em 1980/81 e dali começou. Participei da APUFSC, sempre de todas as atividades lá, mais uma vez eu estive no comando nacional de greve pela Federal, uma vez fiquei quase um mês em Brasília, quase um mês direto no comando da greve, da greve nacional, a greve estava difícilíssima. Então, da atividade sindical fui para o partido, são coisas que é da pessoa, já nasce com aquilo.

Outra entrevistada, Vera, teve sua experiência de militante no Movimento Estudantil e no Movimento pela Anistia, ainda sob o regime da Ditadura Militar:

Eu sempre participei do movimento secundarista em Porto Alegre. Eu estudava no Secundarista Brasileiro, participei do movimento secundarista. Também, quando vim para São Paulo, participei do Grêmio Estudantil na minha faculdade, Centro Acadêmico 22 de Agosto. Participei das eleições estudantis, enfim, eu aproveitei no sentido de estar participando das discussões da época, que a sociedade mais clamava.

Mesmo depois de formada, casada e com família, Vera continuou na militância atuando principalmente no Movimento pela Anistia. Entre 1976 e 1977, ajudou a criar o Departamento Jurídico do Centro Acadêmico de forma independente. Vera explicou que “o Departamento

Jurídico existe até hoje e presta assessoria a movimentos populares além do atendimento individual. Foi no Departamento Jurídico que vivenciei uma experiência importante de trabalho voluntário”.

Muitas entrevistadas que cursavam Direito, ainda no período da Ditadura Militar, não participaram do movimento estudantil por causa da repressão e da clandestinidade dos movimentos, é o que se detecta nos relatos das entrevistadas, a seguir:

[...] nós tivemos toda a nossa carreira acadêmica podada politicamente, não tinha atividade política, os Centros Acadêmicos ou eram subversivos, estavam na clandestinidade ou então faziam aquelas fachadas de Centro Acadêmico para jogar xadrez, nós comparecíamos ali para isso (JOANA).

[...] eu não peguei aquela fase grossa, aquela crítica eu não peguei, mas depois criou aquele horror que não se podia falar, foi um período em que não houve progresso, não houve liberdade das pessoas. Então, tratava-se mais de estudar mesmo e era pouca coisa que se via na época que eu estudei até ver a questão social, política. Aqui em Florianópolis não era muito. Aí houve um corte até os anos 80 eu acho que foi um período esquecido, um período no qual eu acho que não surgiram grandes líderes, não surgiram grandes idéias, pelo menos assim que eu me lembre, e eu não me envolvi muito não (JULIA).

Transformações nos discursos, nas práticas, nas estratégias de ação e nos objetivos dos movimentos sociais e de outras formas de ações coletivas influenciaram no modo como as pessoas militavam nas organizações. As trajetórias de militância de Débora e Lúcia são exemplos dessas transformações de militantes no sentido “tipo ideal”, passando a ser profissionais contratadas pelas organizações. Com o advento das organizações não-governamentais na década de 90, o militante, conforme Giannotti (2001), “é substituído pelo agente pago”⁵.

O momento político, vivenciado por essas duas entrevistadas, Débora e Lúcia, corresponde ao processo de abertura política e à Década da Mulher que impulsionou o movimento feminista no País. Débora, que iniciou sua trajetória de militância no movimento estudantil e feminista, relatou sua experiência nestes movimentos junto às camadas populares:

Entrei primeiro na Psicologia e, através desta, comecei a participar do centro acadêmico e desenvolver trabalhos de Psicologia Social e aí me inseri num grupo que estava se formando lá, o Germinal, na época do feminismo, e tinha o pessoal do Serviço Social e era muito interessante, porque a gente conseguia desenvolver o trabalho, fazíamos panfletos e reuniões, tinha o jornal [...]. Foi super legal, assim, digamos, foi a minha incursão dentro do feminismo. E, junto ao trabalho de Psicologia Social, eu participava de um grupo que discutia Reich lá na universidade, e a gente tentava, olha só que loucura, levar para as mulheres pobres, da camada popular, toda uma discussão sobre sexualidade. Era uma coisa muito doida, porque nós estávamos descobrindo a questão da sexualidade e tentando fazer com que as

⁵ Ver a instigante reportagem de: GIANNOTTI, José Arthur. O militante abandonado (crise do ideal de revolução provocada pelo advento da sociedade de massas pós-industrial força o ativista de esquerda a uma adaptação longa e dolorosa). Folha de São Paulo, Caderno Mais, 9 set de 2001.

mulheres (também descobrisse a sua) e era uma coisa maravilhosa, porque reuníamos muita gente.

Lúcia narrou que foi motivada à militância pelo exemplo dos pais que militavam nos movimentos da igreja e pelo namorado que era exilado político no Brasil:

Eu venho de uma família católica que tinham valores cristãos muito fortes, e um casal de pais advogados que já militavam em favor de uma igreja mais moderna e trabalhavam com casais [...] Eu estava no terceiro ano de Direito quando eu interrompi para fazer uma viagem aos Estados Unidos. Quando voltei desta viagem, eu estava muito inquieta com a questão política, sentia-me uma ignorante total, uma analfabeta, tinha estudado num colégio de freiras e tinha tido da parte familiar, embora os pais fossem advogados, aquela visão de proteção dos filhos que fez com que eles nos educassem totalmente alienados do contexto político do País. Classe média, mas fora de uma discussão e de um posicionamento sobre todos os humanos, todas as loucuras que tinham acontecido no País. Então, aos 21 anos, quando eu conheci esta realidade através de um filme, o *Pra frente Brasil*, eu saí do cinema completamente transtornada por descobrir uma realidade que eu não tinha a menor idéia e eu fiquei surpresa e me sentindo uma ridícula, uma ignorante completa. Eu era estudante de Direito, tinha feito uma viagem fora e descobri que tinha havido tortura e desaparecimento no Brasil com aquele filme. E aí eu não sei se já conhecia ou se foi com ele que eu vi esse filme, eu conheci o pai da minha filha que é um uruguaio, exilado político aqui em Porto Alegre, através de amigos. E eu tinha já determinado para mim que eu tinha que fazer uma revolução nessa perspectiva da [...] agora eu perdi, mas tinha escrito isso, que eu ia fazer uma revolução de mim, e a revolução de mim naquela época significava eu abrir os olhos e entrar pra entender o que estava acontecendo no mundo na questão política.

Ainda como estudante de Direito, a entrevistada começou a militar no Movimento de Justiça e Direitos Humanos. Esse Movimento, além de amparar os refugiados políticos do Cone Sul, ampliou-se para atuar junto às associações de moradores de bairros da periferia a fim de discutir direitos econômicos e sociais, como legalização fundiária, reivindicações por saneamento básico, água e luz. Mais tarde, Lúcia engajou-se na militância do Partido dos Trabalhadores e a partir daí deu continuidade ao trabalho iniciado anteriormente nas camadas populares:

[...] e em 88 nós tivemos a eleição em Porto Alegre, o primeiro eleito foi da administração popular, o Olívio Dutra, e aí eu já estava militando no PT, já tinha superado todos os meus complexos com relação à ignorância política e estava militando no PT organizadamente. Quando Olívio ganhou, eu tive vários convites para trabalhar na administração popular, e eu optei por trabalhar na Secretaria da Educação com a Deputada Esther Grossi, hoje Deputada Esther Grossi, porque eu já conhecia a atuação dela e achava que era um caminho super interessante.

Mariana participou da Comissão da Mulher Advogada e se considera militante feminista. Iniciou sua trajetória de militância no movimento estudantil quando trabalhava no Diretório Central da Universidade e, por algum tempo, fez parte da juventude do Partido dos Trabalhadores. Afirmou que sempre foi “muito atuante nos movimentos”.

Elisa, uma das mais jovens entre as entrevistadas, disse que não participou de movimento estudantil, porque, na Faculdade onde cursou Direito, havia resistência por parte da direção à organização estudantil em centros acadêmicos:

Sabe que na faculdade nem tinha (Centro Acadêmico). Antes de ter o Curso de Direito lá, eles tiveram algum problema que eu não sei qual, hoje eu sei que tem centro acadêmico, mas eles tiveram grande resistência. Na época em que eu estava, tentaram montar e não deu certo.

A história de Elisa reflete o processo de institucionalização e burocratização dos movimentos na década de 90 e o fim das mobilizações de massa que tiveram no movimento estudantil um de seus principais protagonistas.

A influência da igreja, através das normas e deveres com relação às “leis cristãs” e o engajamento no grupo de jovens, despertou Vitória para a atuação em movimentos sociais, destacando:

[...] eu entrei na Associação Cristã de Moços (ACM). (...) lá existiam trabalhos bárbaros, de periferia, de socializar informações sobre saúde, de socializar, de sensibilizar os jovens que trabalhavam e estudavam no centro da cidade. Eu fiquei meses trabalhando como voluntária, andando pelo centro com as crianças, fazendo recreação, brincando com as crianças, e isso é uma lição que não se esquece mais.

A militância nos movimentos sociais ou nos partidos políticos tem significativa importância na vida destas mulheres, porque, de alguma forma, proporcionou-lhes uma compreensão politizada da realidade em que estavam inseridas. Por meio destas experiências, elas acabaram adquirindo uma postura crítica e aberta no exercício da profissão e foram além da prática jurídica baseada no modelo do Direito racional-formal.

As diferentes trajetórias explicam as razões que levaram as entrevistadas a fazerem parte das organizações em que defendem os direitos da mulheres, trazendo outro elemento para a análise: o que elas pensam sobre o feminismo e as feministas. Quando indagadas se são ou não feminista, as respostas foram as mais variadas, desde as que declararam ser feminista, independente da idade ou da militância no feminismo, até as que negaram o feminismo por causa do estereótipo atribuído a quem participa deste movimento: “ser feminista é ser radical, é ser contra o homem”. No item a seguir, essa questão será explicitada melhor com base nos depoimentos das entrevistadas.

As Gerações de Mulheres de Carreira Jurídica e o Feminismo

Seguindo a perspectiva teórica de Judith Butler (1998) sobre a desconstrução da categoria mulher como o sujeito do feminismo, este grupo das entrevistadas é exemplo concreto das diferenças existentes entre as mulheres, seja no que se refere à geração, à classe social, ao

engajamento com a entidade à qual pertencem, à opção pelo Direito, à formação acadêmica ou aos variados pontos de vista sobre o feminismo.

Um dos aspectos que visivelmente chama atenção quanto à diferença entre as mulheres é a diferença de idade das entrevistadas que marca as experiências de gerações com o feminismo. Os dados da pesquisa que identificam a faixa etária⁶ permitiram supor como se dá a convivência de diversas gerações nas organizações, além de demonstrarem as diferentes trajetórias, projetos individuais e os níveis de maturidade na relação com a entidade. Quando se parte de uma análise sociológica sobre os princípios de classificação social como idade, sexo e etnia, por exemplo, não se pode descrevê-los simplesmente como categorias “naturais”, porque se referem sempre a fundamentos sociais. Segundo Remi Lenoir (1996, p. 69-71),

A idade cronológica e as divisões ‘aritméticas’ – faixas etárias – podem vir a ser categorias ‘nominais’, como os dos velhos, jovens, adolescentes que, inseridas num processo de relações sociais, definem os poderes associados aos diferentes momentos do ciclo da vida, sendo que a amplitude e o fundamento do poder variam segundo a natureza das implicações da luta entre as gerações.

Deste modo, ao analisar a faixa etária do grupo pesquisado, tem-se a noção da geração que melhor explicita suas trajetórias e seus projetos de vida. Esta noção permite contextualizar e avaliar a compreensão das entrevistadas quando indagadas sobre o que entendem por feminismo e qual seu sentimento com relação a este movimento.

Conforme a experiência de cada geração, o feminismo e ser feminista têm diferentes significados. Utilizando a classificação de Miriam Pillar Grossi (1998), constatou-se que o grupo divide-se em “feministas históricas” e “novas feministas”. A autora define “feministas históricas” como sendo:

[...] o grupo de mulheres que participaram das mobilizações do período conhecido como a “primeira década da mulher” (1975-1985), engajadas no movimento feminista “autônomo” há mais de 15 anos e que estão hoje na meia idade. As “novas feministas” formariam um grupo mais fragmentado no qual se encontram tanto mulheres mais jovens quanto mulheres mais velhas que as do grupo de “feministas históricas” (GROSSI, 1998, p. 5-6).

Entre as entrevistadas, Teresa enquadra-se nos critérios que definem o grupo das feministas históricas. Seu depoimento representa uma geração de feministas, com bandeiras de luta pela igualdade e pelo direito ao corpo. Como marxista, fez uma crítica contundente à influência do feminismo norte-americano. A entrevistada considera esse feminismo a causa do refluxo do movimento feminista em geral, por seu distanciamento da realidade das mulheres das camadas populares. Definiu o que entende por ser “feminista de carteirinha” e falou do movimento do qual participou em São Paulo, o Movimento Oito de Março. Atualmente, faz parte da liderança da Marcha Mundial da Mulher e acredita num renascimento do feminismo nos moldes dos anos 70, como se observa em seu depoimento:

⁶ As idades das entrevistadas aparecem entre 24 e 55 anos.

[...] Eu tenho uma visão marxista das coisas. [...] Então, eu vou dar uma visão que eu tenho do mundo. Agora, o que eu estou dando são dados históricos. O que acontece com a minha geração? A minha geração por conta de uma influência muito grande do movimento feminista norte americano, o que faz? Entende que é pela liberdade do corpo que eu atinjo a outra liberdade, ou que eu atinjo a igualdade. Daí você vê Betty Friedan, o meu corpo é o meu corpo, então eu tenho direito de abortar, eu tenho direito à liberdade sexual, tem toda uma discussão que dura quase que vinte anos em torno disso e principalmente porque o governo, durante a Ditadura, esboça alguns projetos de planejamento familiar. Pós 85, vêm as liberdades democráticas, vem também uma mudança de visão no movimento feminista. [...] O Movimento Feminista, como todos sabem, teve uma ascensão tão grande na década de 60, 70 e até mesmo em meados de 80, porque de repente, essa ascensão que deveria ser cada vez maior sofre um refluxo? Eu acho, particularmente, que é porque ele tinha bandeiras de lutas muito apartadas do movimento social, do movimento econômico. Para as mulheres das camadas médias, nada contra, são sempre elas mesmas que representam, puxam ou movimentam mais as coisas num certo sentido. Mas, se você só olhar com o olhar da camada média, como eu, como as advogadas, apartado do problema social, o que aconteceu? Aconteceu que, quando me foi permitido andar sem sutiã, não ter filhos, eu resolvi os problemas da camada média, mas o que aconteceu com as mulheres trabalhadoras, com as mulheres do campo? Eu falo com entusiasmo deste ponto de vista político, porque eu acho que o refluxo se deu muito por conta disso. São poucas historiadoras que falam isso, historiadores têm naturalmente uma visão muita diferenciada da minha. [...]. Mas, se você está na luta e é uma feminista de carteirinha, você consegue, porque, às vezes, você não tem um espaço pra trabalhar. Então, você trabalha onde tem um espaço político para lutar, o seu papel é estar lá. [...] se pudesse chamar de uma espécie de renascimento ou a saída de refluxo do Movimento Feminista, que agora eu vejo, é a Marcha Mundial das Mulheres. Eu sou dirigente nacional, eu viajo o mundo com a entidade feminista. No ano passado, eu estive em Nova York, com representantes de 160 países, uma coisa emocionante, as mulheres de Israel sentadas juntas com mulheres da Palestina, ali discutindo ombro a ombro e mostrando ao mundo que elas não queriam a guerra, que às mulheres não interessa a guerra, que as mulheres (são) vítimas da guerra não são os homens, são as mulheres e as crianças.

No grupo das “novas feministas”, a faixa etária das entrevistadas compreende as idades dos 24 aos 34 anos e dos acima 55 anos. O primeiro depoimento respondendo à questão sobre feminismo e sentir-se feminista caracterizou a experiência de mulheres, cujas gerações são anteriores ao feminismo dos anos 60. Para responder à questão sobre sentir-se ou não feminista, a entrevistada Cecília disse que retomou a literatura feminista e, ao referir-se sobre o feminismo dos anos 60, ficou “envergonhada” quando falou da queima de sutiãs. Ligou o feminismo às questões da mulher, à condição de subordinação e também à questão dos negros, dos índios, dos homossexuais, dos sem teto, das crianças e dos miseráveis. Tem uma visão romântica de que as mulheres podem transformar o mundo. Expressou, de acordo com sua concepção, como a mulher deve ser e afirmou que “ser feminista é ser intransigente na luta contra o sofrimento dos oprimidos”. Intransigência, no contexto de sua narrativa, pode expressar um sentimento de indignação face à sua percepção da realidade. Nas palavras de Cecília:

Eu cheguei a reler, quando você disse que iria fazer a entrevista comigo, eu cheguei a reler a Coleção Primeiros Passos, você deve ter lido, da Branca Moreira Alves, *O que é feminismo?* Eu li novamente aquele livrinho da Betty Friedan e claro li também mais alguma coisa da Simone de Beauvoir. Olha, eu confesso, eu vou dizer uma coisa para você, que você vai até rir, eu confesso a você que eu não me vejo queimando sutiã, mas concordo que naquela época havia necessidade, nós precisávamos aparecer, nós precisávamos mostrar que nós existíamos, que nós éramos seres humanos como eles, como os donos do poder, só que nós não tínhamos o poder. Éramos consideradas minoria, éramos consideradas coisa e nós precisávamos mostrar através daquela bagunça toda que a gente fazia, que não era uma bagunça, era de fato uma coisa necessária, que nós não éramos coisas, nós estávamos chamando a atenção e eu acho que valeu, para a época valeu, não havia outro jeito. Porque, diante das misérias humanas, diante das violências contra a mulher, o negro, o índio, o homossexual, vendo tanto velho sem teto, tanta criança sem pão, vendo que a humanidade se desumaniza, eu não sei se eu sou ou não sou feminista, neste momento eu fico com o pão e o teto para todos. Eu sei que nós, as mulheres, temos que transformar urgentemente nossos sonhos, nós precisamos ser a transformação que teremos, nós precisamos ser a transformação do mundo, nossos filhos não podem continuar na miséria. Nós temos que continuar lutando, nunca parar, porque, além do mais, eu não sei, talvez aí vem a minha parte feminista, porque aí eu sou intransigente, eu considero o tráfico de mulheres e de crianças um crime contra a humanidade. Nesta parte, se disserem que eu sou feminista, então eu sou feminista.

Ressalta-se no depoimento de Cecília a importância que ela atribui ao fato de ser mãe quando reavalia o papel materno tradicional na afirmação: “nós precisamos ser a transformação do mundo para que nossos filhos não continuem vivendo na miséria [...]” O sentido do papel materno das mulheres⁷ é aqui politizado e pode-se dizer que a entrevistada reconhece um certo “poder político matriarcal”, capaz de mudar democraticamente as realidades sociais de “nossos filhos”.

Para as entrevistadas com mais de 50 anos, sentir-se feminista é lutar por “mais direitos da mulher”, não no sentido de ser oposição ao homem. Ser feminista é procurar orientar os direitos das mulheres, é sempre focalizar o lado da mulher, porque, nos casos de separação, aparece a questão de gênero. No depoimento de Sofia, a seguir, ela afirmou ser feminista no sentido de “brigir” pelos direitos da mulher,

[...] eu não tenho aquele feminismo exacerbado de ser contra, aquela coisa sectária contra o machão, contra o homem, não. Eu entendo que, realmente, ela precisa ampliar o espaço dela e não pisar no homem nem passar na frente do homem. Ela tem que discutir com o homem ombro a ombro, essa é a minha visão. [...] Então, durante o período que estava estudando na universidade, aqui mesmo, quando tem essas questões familiares, sempre a minha posição é não proteger, mas olhar com mais carinho o lado do direito da mulher. Eu nunca me esqueço que tinha um cara que estava se separando da mulher, eu sabia da vida dele, quanto ele ganhava, ele ganhava pouco daí [...]. Ele também é advogado, daí ele me disse assim, -“Sofia [...] estava lá no litígio de separação com a mulher: -“Se eu te pedir pra tu testemunhares e perguntarem quanto eu ganho [...]”, era para a questão de pensão alimentícia:

⁷ Atualmente, a nossa Legislação também reconhece a mulher como “chefe de família”.

-“Daí tu dizes que eu ganho só isso aqui?” Eu disse para ele: -“Viestes escolher a pior pessoa, a primeira coisa eu vou te dizer: tu tens que ter vergonha na cara, tu como advogado sonegar pensão alimentícia para os teus filhos, não é nada para a tua mulher. E segundo, viestes à mulher errada, porque a mulher não vai defender o direito da mulher? Eu defendo o direito da mulher”, eu disse para ele, - “Eu defendo a mulher”. Ela realmente é a parte fraca”, eu disse para ele: - “É ou não é a parte enfraquecida? Tu que tens o dinheiro e tu que estás querendo esconder. Ela está na tua dependência e vai fazer o quê? Então, ela não é a parte enfraquecida, no que eu ainda vou ajudar a pisotear aquela parte enfraquecida?” Eu disse para ele: - “Não tem conversa comigo, cria vergonha!” Dei um esculacho. Então, nestes aspectos, assim, na questão de gênero, quando entram em conflito, é claro quando você vê que realmente ela está sendo a parte fraca, explorada, sempre eu tenho muito mais cuidado em olhar a questão da mulher, muito mais cuidado, porque já é de praxe ela ser realmente a parte enfraquecida, isso a gente vê nos relacionamentos, casamentos, essa coisa ainda é bastante difícil. A mulher hoje está tentando ser diferente, muitas já não têm mais aquela dependência toda, mas ainda tem um imenso batalhão de mulheres que é muito dependente, alheia às transformações e nem têm condições econômicas de se manter, ou que não teve a oportunidade de estudar, de trabalhar, ter a sua independência econômica, as mulheres casadas ainda têm muito isso.

No depoimento seguinte, a entrevistada Judite não se considerou feminista, mas se mostra preocupada com a condição da mulher e foi isso que a motivou a participar de uma organização que discute e defende os direitos da mulher:

Não, eu não sou feminista, eu acho que não, mas eu sou preocupada com a condição da mulher, eu acho que a mulher é sempre passada para trás em muitas situações e na minha cabeça eu achava que, participando da Comissão da Mulher, eu teria condições de fazer alguma coisa para ajudar a mudar esse clima que nós vivemos, eu não sei ainda de que forma, porque, como eu te disse, essa é ainda a minha investidura na Comissão da Mulher e a gente está caminhando, eu acho que no mercado, a passos médios, [...] eu não gosto que façam piadas depreciando a mulher, eu não gosto que falem da mulher como se ela fosse uma coisa, como se ela fosse um objeto, eu fico muito brava e eu sempre coloco as pessoas no seu devido lugar.

As entrevistadas de diferentes faixas etárias formam também um grupo heterogêneo no que diz respeito à compreensão do que é o feminismo e sobre o que é ser feminista. Assim como nos depoimentos anteriores, percebe-se que estas mulheres associam o significado de ser ou não feminista à história de engajamento nos mais diversos movimentos e nas entidades que participam atualmente. O feminismo mescla-se a outros objetivos de lutas políticas que são objetos das organizações nas quais atuam como, por exemplo, Direitos Humanos e representatividade feminina em instâncias superiores da carreira jurídica. Outro dado que chama atenção é sobre a concepção das mais jovens sobre o que é o feminismo. Elas não se sentem à vontade quando identificadas como feministas, porque acreditam que é um rótulo associado a um feminismo radical, uma denominação que expressa a luta contra o homem. Por isso,

preferem ser identificadas com relação ao trabalho político que desenvolvem na área do Direito. Algumas enfatizam a necessidade de não esquecer o lado feminino da mulher, a sua essência.

As entrevistadas que estão na faixa dos 35 a 54 anos dão pouca importância ao fato de serem ou não rotuladas de feministas, pois afirmam que se sentem feministas e compreendem seu significado. No depoimento, a seguir, a entrevistada Lúcia relatou que o seu primeiro contato com o feminismo foi aos 20 anos de idade, através do grupo SOS⁸. Na época, achou a discussão muito radical, excessivamente contra os homens, como se eles fossem responsáveis por todos os males. Hoje, depois de toda uma trajetória nos movimentos populares e na convivência profissional com colegas feministas, sente-se uma feminista. Antes, entendia que, para ser feminista, tinha de militar como feminista a fim de ser reconhecida. Ela expôs:

[...] Eu não tinha uma visão que isto era feminismo, em 80, 81, quando havia em Porto Alegre um grupo de SOS e elas (as feministas) estavam se reunindo numa igreja. Li num jornal a notícia de uma reunião e fui num bairro bem distante num dia de reunião do grupo de SOS. Era noite, um dia frio e eu cheguei na reunião e elas estavam todas sentadas no chão, de pernas cruzadas, e a tônica da reunião era análise de uns casos de separação, não sei se mulheres vítimas de violência, mas era um clima muito hostil aos homens e era uma discussão muito pró-separação, contra os homens, os homens eram responsáveis por todos os males e eu não achei que aquela era a minha turma, eu tinha vinte anos e essas mulheres eram bem mais velhas, perto dos 30. Acho que era um negócio que não era por aí e eu não voltei mais, não procurei [...] as representações culturais sobre o feminismo e também no Movimento de Mulheres sempre tiveram um zelo por quem é feminista. Essa coisa de carteirinha existe em todo movimento, se tu gastas a sola de sapato naquele movimento tu és reconhecida, senão tu não és e a minha turma era a turma dos Direitos Humanos, inclusive, não eu pessoalmente, mas havia todo um entendimento de que “o pessoal dos Direitos Humanos não olhava a mulher como deveria olhar”. Hoje (estou) completamente, claro, todo os medos de não ser da turma, tudo, totalmente identificada.

No relato da entrevistada Bianca, ela disse que teve contato com o feminismo, mas nunca militou, porém sempre “se sentiu feminista por nunca ter sido submissa”, por sempre ter ido à luta, valorizado o trabalho de outras mulheres e por ter respeitado os diferentes, mesmo sendo hierarquicamente superior, como explicou:

Relação com o feminismo [...] não diretamente. Contato, conversa, mas nada assim, que eu atuasse bravamente. (Sou feminista) eu acho que sim. Eu nunca fui submissa, eu sempre fui atuante, apesar de a gente ter a segunda jornada, não se submete só a isso, vai à luta, a gente valoriza o trabalho de outras mulheres. Mesmo em outros locais que eu fui trabalhar, eu tive uma posição de chefia, eu acho que sempre essa preocupação de não discriminar, de valorizar o trabalho independente da escala que tivesse, dar apoio.

⁸ Os grupos SOS constituem-se “centros de socorro onde a mulher, vítima de violência física, encontra um suporte imediato”. Ver PITANGUY, Jacqueline e ALVES, Branca Moreira e. **O que é feminismo?** São Paulo: Brasiliense, 1985. p. 70.

Entre as que afirmam ser feministas, Débora teve sua militância iniciada no movimento feminista em meados da década de 80. Segundo esta entrevistada, sua incursão dentro do feminismo ocorreu com a descoberta da sexualidade e da obra de Willian Reich sobre a liberação sexual. Estas experiências vividas nos grupos de reflexão feminista⁹ foram compartilhadas com mulheres das camadas populares, levando até elas, através da militância, discussões sobre sexualidade e reprodução. Débora relatou que:

[...] me inseri num grupo que estava se formando lá, o Germinal na época do feminismo, a gente conseguia desenvolver o trabalho, fazíamos panfletos e reuniões, tinha o jornal. Foi super legal, digamos, foi a minha incursão dentro do feminismo [...] eu participava de um grupo que discutia Reich. [...] era (discutido) a solução de Reich, Willian Reich, e a gente conseguia reunir muitas mulheres, muito interessante, e aí a gente, durante mais de anos, 1 ou 2 anos, ia semanalmente para uma vila e desenvolvia esse trabalho de discussão da sexualidade, de reprodução, muito com o nosso despertar. Nós estávamos descobrindo essas coisas que ele nos passava e era muito legal, uma discussão bem interessante. Bom, então isso foi me introduzindo na discussão das mulheres, num tipo de camada social, vinculando, assim, muito trabalho.

No depoimento de Mariana, ela contou que é feminista desde os doze anos e que sempre esteve ligada aos movimentos sociais: “Eu sou feminista sim, desde os doze anos de idade quando me descobri lendo, na década de 80, o primeiro livro da Marina Colassanti: *Uma Nova Mulher*. Então, eu gosto muito, sempre fui ligada a movimentos sociais”. Hoje, depois de toda sua experiência em movimentos sociais, sente-se capaz de definir as “diversas nuances das pessoas no movimento e do movimento”. Faz uma distinção do que era o feminismo no passado e, atualmente, o seu compromisso é com a inclusão do homem no movimento: os direitos iguais de gênero colocados no cotidiano. Para Mariana, o feminismo deve deixar de ser uma questão apenas de mulher para ser uma questão de gênero e de humanidade.

E dá pra você perceber nuances diversas das pessoas no movimento e do movimento em si. Então, como eu encaro hoje essa leitura do movimento feminista, aquilo que eu já disse, que o movimento feminista em seus primórdios era muito radical, porque a mulher precisava encontrar um espaço, ela precisava chamar a atenção de uma forma mais radical, ela precisava dessa inserção no seu espaço. E o que eu vejo hoje é que nós somos fruto daquele feminismo mas nós já temos uma cabeça, digamos assim, mais bem elaborada, porque hoje nós não queremos alijar o homem do nosso processo, da nossa caminhada. A gente quer construir uma sociedade de gênero que lute pela igualdade, nós queremos o homem lado a lado conosco, dividindo tarefas, assumindo compromissos e propostas, nós queremos ser ouvidas e queremos ouvi-los também.

⁹ Os grupos de reflexão feminista, no interior do Rio Grande do Sul (Pelotas, Santa Maria), tinham um jornal chamado Germinal. Este jornal teve ampla penetração nas organizações de esquerda neste estado na década de 80, época em que tive oportunidade de entrar em contato com alguns exemplares. O jornal trazia discussões sobre aborto, reprodução, sexualidade, liberdade de amar, cidadania, entre outros.

Mariana chamou atenção a uma questão importante para o feminismo da atualidade: a importância de ler o movimento de mulheres como crítica da cultura. Deste modo, Susan Bordo (2000) em seu texto instigante, *A feminista como o Outro*, traz uma excelente reflexão para pensar o feminismo e a feminista como agentes de mudança, tanto na perspectiva da produção teórica pós-moderna como das relações sociais. Susan Bordo (2000) cita como exemplo as noções do corpo desenvolvidas pela teoria social no século XX que esqueceu a grande contribuição do feminismo militante das décadas de 60 e 70 que criticava:

[...] o determinismo e o essencialismo biológicos através das demonstrações, dos manifestos, das sessões de conscientização e dos primeiros escritos populares. Mas é Foucault quem recebe os méritos como o pai da **política do corpo**. (BORDO, 2000, p. 13, grifo nosso).

No depoimento de Mariana e na reflexão de Susan Bordo (2000), o que está em questão é o reconhecimento do gênero nas relações e na produção do pensamento pós-moderno.

Outra entrevistada, Gisele, enfatiza o feminino, expressa uma concepção essencialista de mulher e tem uma visão negativa das feministas, pois estas, de acordo com sua opinião, seriam “mulheres radicais”. Para ela, a mulher tem de “ter cuidado em se expor”, perceber o momento oportuno. Ao mesmo tempo, observa-se uma contradição, porque tem compreensão da necessidade de igualdade afirmando a diferença de gênero. Num campo profissional tão competitivo como o do Direito, é preciso afirmar-se pelo feminino, por exemplo, sugerir à OAB que nas salas de solenidades não sejam tão formais, que o espaço seja tão agradável quanto a casa, ou reconhecer que mulher entende mulher porque vivenciam os mesmos problemas, ou ainda afirmar que “ninguém é melhor do que ninguém”. O depoimento de Gisele demonstra que, mesmo não se sentindo feminista ou negando ser feminista, ela incorporou valores feministas:

[...] se você quer jogar contra o homem, eu acho que aí não adianta, você tem que jogar junto, mas não dizendo abobrinhas para eles, porque você não é bem aceita, já tem uma restrição. (O Direito) é bem competitivo, então você tem que saber o que vai dizer, saber o que você está fazendo ali. Eu acho assim, eu fiz uma pesquisa, analisei, conversei com outros advogados da OAB para que a nossa sala tivesse uma solenidade, que não fosse uma coisa tão formal, assim as pessoas viriam mais, iria parecer que estaríamos na nossa casa. Então, são coisas que podem ajudar na OAB. Não vamos querer uma OAB só de mulheres, não. Nós precisamos dos dois sexos e mostrar o nosso trabalho, mostrar serviço, isso aí tem que acontecer. Muitas vezes, há mulheres que preferem advogados homens: -“O meu advogado, o meu médico”. Todos os médicos que eu tenho, não é que eu tenho alguma coisa contra médico, mas eu gosto da mulher, porque ela é mais detalhista, porque ela te ouve, um homem tu podes contar tudo pra ele, mas jamais ele vai sentir tudo o que tu sentistes, porque só ela tem cólicas, só ela tem problemas nos seios. Muitas vezes, tem que complementar senão ninguém casava, ninguém se juntava. Então, nada de medir forças, ninguém é melhor do que ninguém, só tem que expor a sua idéia [...] Então, você tem que apresentar o seu conhecimento, o seu saber, ou até a sua curiosidade na hora oportuna.

A entrevistada Vitória é jovem, enquadra-se na faixa etária de 24 a 34 anos e também não se identifica com o feminismo, pois o compara a uma religião, referindo-se a um feminismo radical. Ao mesmo tempo, percebe a importância das feministas das gerações anteriores e suas lutas contra o machismo, o moralismo sexual ou os estereótipos atribuídos às mulheres. Percebe também sua posição de sujeito na universidade, espaço em que é identificada como feminista, porque trabalha numa organização com esse perfil, mas na organização não se considera feminista, apenas se identifica com a luta pelos Direitos Humanos:

[...] eu entrei sim pra trabalhar com a idéia de Direitos Humanos, mas o que apareceu na época foi para trabalhar com Direitos Humanos levando em consideração as mulheres e o feminismo, muito naquele ranço daquelas históricas da década de 70, pobres mulheres, homens horrorosos, igualdade total, aquilo me deixava assim: “- Ai, meu Deus do céu”, mas, por outro lado, todo aquele fato que tem sobre uma forma muito masculinizada, uma forma cruel, os estereótipos de mulheres, a coisa da moralidade sexual, veio num momento em que tu estás vendo como isso é forte. Bom, tu vais se sensibilizando inclusive com aquelas históricas da década de 70, que eu acho que foram fundamentais, mas o problema é as de 2000 com o mesmo discurso. Então, o feminismo foi uma coisa muito de religião. Não foi ele que me deu uma identidade, eu feminista, ou não feminista, isto não me dá identidade. Tem um estereótipo, às vezes, com o pessoal na Academia: -“Aí, ela trabalha na Themis”. Acho que a Themis também consegue preservar um lugar muito mais de Movimento de Direitos Humanos do que de ONG feminista. Quando ela, às vezes, assume uma cara de ONG feminista, eu acho que ela perde muito, acho que o *start* dela (são os) Direitos Humanos que trabalha com mulheres, consegue mesclar esse discurso e isso acho que é um salto de qualidade [...] então, o feminismo não dá identidade, o que dá identidade é o mesclado, porque não é como na Academia: (lá) eu sou a feminista.

Os dois últimos depoimentos ilustram o lugar a que chegaram as mulheres nas duas últimas décadas do século passado. Estas mulheres fazem parte de uma geração que se beneficiou das conquistas das gerações anteriores e têm o privilégio da escolha de ser ou não feminista, e de certa forma, manter sua “autonomia” como mulher, seja através do mercado de trabalho seja pelo engajamento social e político. As gerações anteriores, as chamadas “feministas radicais”, abriram espaços à participação da mulher não apenas no mercado de trabalho, mas também no mundo da política, ampliando a própria noção de política. Herdeiras da luta sufragista levantaram a bandeira da emancipação da mulher em todas as esferas de suas vidas. Valores como igualdade entre os sexos, respeito às diferenças (étnica, de geração, de classe e de orientação sexual) e à cidadania fazem parte da cultura contemporânea de homens e mulheres. Mesmo a geração das “novas feministas” (tendo elas mais de 24 anos, considerando-se ou não feminista), em algum momento, foi afetada pelos valores feministas os quais mudaram os pontos de vista das mulheres dessa geração sobre a mulher e sobre elas mesmas.

Considerações Finais

Cada geração de mulheres mudou e reinterpretou as contribuições do feminismo, de acordo com a influência que este movimento exerceu sobre suas trajetórias pessoais. Com relação aos estudos acadêmicos o processo não foi diferente. A questão da mulher pode ser identificada em três linhas de produção científica: “mulher, participação e representação política nas esferas macro e micro de poder; mulher, sujeito e identidade: construção no cotidiano; e, feminino-masculino: a noção de gênero” (BANDEIRA; OLIVEIRA, 1991, p. 55).

Os Direitos Humanos e as trajetórias profissionais e de militância influenciaram a prática dessas mulheres no sentido de fazer um Direito diferente. Desta forma, elas procuram espaços alternativos de atuação como operadoras do Direito e as organizações em que atuam se constituem na possibilidade de implementar ações políticas de emancipação pessoal, profissional e coletiva.

A experiência na militância e na participação das organizações fornece-lhes uma percepção mais ampla da condição social dos indivíduos, por isso, a proposta dessas mulheres é aplicar o Direito de forma mais flexível, menos dogmática.

Os espaços para alcançar o objetivo dessas entrevistadas: “fazer um Direito diferente”, são as organizações em que atuam: Themis, ABMCJ e Comissão da Mulher Advogada. Surgidas nas décadas de 80 e 90, essas organizações são herdeiras de uma tradição dos movimentos sociais brasileiro em questionar o papel do Direito na sociedade.

Nos espaços das organizações, elas são agentes profissionais e militantes. Podem atuar com maior autonomia, pois a vontade em fazer um Direito “crítico e criativo”, frustrada no trabalho rotineiro e formal da advocacia ou da magistratura, torna-se possível. Neste sentido, o objetivo da participação das entrevistadas nas organizações é transformar esses espaços em espaços criativos de socialização noutra direção e não seguir as regras do campo jurídico feito marionetes.

As organizações de mulheres também foram consideradas pelas entrevistadas como espaços não rígidos, comparado ao cotidiano burocrático da profissão ou à militância em partidos políticos ou sindicatos. Nestes espaços, sentem-se à vontade para se posicionarem como mulheres, como operadoras do Direito, como amigas, como mães e como feministas. As relações são mais horizontalizadas, de troca de saberes profissionais e de solidariedade.

Referências

BUTLER, Judith. Fundamentos contingentes: o feminismo e a questão do “pós-modernismo”. **Cadernos Pagu**. Campinas-SP: (11), 1998.

GOLDENBERG, Mirian. Mulheres & Militantes. **Revista Estudos Feministas**. Rio de Janeiro: IFCS/UFRJ, (2), 1997.

GOSS, Karine Pereira. **Identidades militantes em ações coletivas contemporâneas em Florianópolis**. Dissertação de Mestrado. Florianópolis: CFH/UFSC, 2003.

GROSSI, Miriam Pilar. Feministas históricas e novas feministas no Brasil. **Coletânea**. Florianópolis: UFSC/PPGAS: (28), 1998.

LENOIR, Remi: Objeto sociológico e problema social. In: CHAMPAGNE, Patrick et all. **Iniciação à prática sociológica**. Petrópolis-RJ: Vozes, 1996.

PITANGUY, Jacqueline; ALVES, Branca Moreira. **O que é feminismo?** São Paulo: Brasiliense, 1985.

SADER, Eder. **Quando novos personagens entram em cena: experiências, falas e lutas dos trabalhadores da Grande São Paulo – 1970-80**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

Artigo Recebido: 12/12/07

Artigo Aceito: 01/08/08